



POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM DISPUTA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: AVANÇOS, DISPUTAS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO PÓS- PANDEMICO

Nayana Sepúlveda Suzart

UNEB Brasil

nsuzart@uneb.br

Natanael Reis Bomfim

UNEB Brasil

nrbomfim@uneb.br

Resumo: Recorte de pesquisa doutoral que analisou avanços, disputas e perspectivas da democratização do ensino superior no Brasil entre 2020 e 2024, considerando políticas federais e o UPT na Bahia. Desenvolvida por abordagem qualitativa, documental e narrativa, baseada em legislações e normativas que regulam políticas de acesso e permanência universitária. Resultados indicaram: (1) políticas federais ampliam vagas, mas com limites; (2) UPT fortalece ingresso e permanência; (3) pandemia impulsionou adaptações. Conclui-se que no processo de democratização do ensino superior há avanços, mas persistem desigualdades estruturais que demandam fortalecimento das políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Superior; Inclusão Educacional.

1. Introdução

Este trabalho trata-se de um recorte de uma pesquisa doutoral vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), desenvolvida no seio do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade (GIPRES) e em interlocução com a Rede Nacional de Pesquisadores em Educação de Periferias Urbanas (RENAPEP). Parte-se do entendimento de que o acesso ao ensino superior amplia as chances de jovens conquistarem melhores empregos e alcançarem rendas mais elevadas. No entanto, historicamente, se constituiu como um campo marcado por desigualdades sociais, étnico-raciais e regionais, refletindo os limites da democratização educacional, especialmente para jovens de periferias (Silva, 2021; Carvalhaes; Senkevics; Ribeiro, 2022).

Neste contexto, reconhece-se a importância de políticas públicas educacionais voltadas à democratização do ensino superior que garantam condições para que os estudantes possam acessar, permanecer e concluir seus estudos independente de sua etnia, classe social e/ou gênero (Carvalhoes, 2022). Assim, a questão que orientou a pesquisa foi: Quais avanços, disputas e perspectivas podem ser identificados na democratização do ensino superior no Brasil, considerando as políticas públicas em nível federal e estadual baiano, no contexto da pandemia e do pós-pandemia da COVID-19? Nesse sentido, objetivou analisar os avanços, as disputas e as perspectivas da democratização do ensino superior no Brasil no período de 2020 a 2024, considerando as políticas públicas em nível federal e do estado da Bahia, à luz das repercussões da pandemia e do pós-pandemia da COVID-19.

Para as análises, foram selecionadas as políticas públicas federais: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); e no âmbito estadual baiano, especialmente, o Programa Universidade para Todos (UPT), observando-se suas movimentações e efeitos no contexto da pandemia e do pós-pandemia da COVID-19. A perspectiva adotada considera as políticas de acesso como parte das disputas de projetos educacionais na América Latina, entre a mercantilização da educação e o fortalecimento de políticas inclusivas (Gentili, 2009; Dias Sobrinho, 2015).

Por esse motivo, justifica-se a vinculação ao Eixo 1 do XIV Seminário da Rede Estrado, pois o trabalho problematiza políticas educacionais no contexto latino-americano, destacando as tensões entre projetos excludentes e democráticos e evidenciando as contradições e possibilidades que marcam o direito à educação superior.

2. Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise de legislações e normativas que regulamentam as políticas públicas de democratização da educação superior no Brasil, tais como: a Lei nº 11.096/2005 (instituição do PROUNI), a Lei nº 10.260/2001 (criação do FIES), e os

Decretos estaduais nº 9.149/2004 e nº 20.004/2020 (regulamentação do Programa Universidade para Todos – UPT, na Bahia), entre outros marcos legais.

Foram também analisados relatórios oficiais e dados estatísticos do INEP (2020–2024), MEC (2020–2024) e IBGE (2020–2023), que permitiram compreender a evolução das políticas e seus impactos no período da pandemia e do pós-pandemia. Ademais, a autora possui trajetória direta no Programa Universidade para Todos (UPT), tendo atuado na equipe de Coordenação e Gestão Pedagógica, o que sustenta a implicação investigativa e se articula à abordagem autobiográfica adotada.

Essa vivência possibilitou observar impactos formativos do Programa na trajetória de vida de cursistas e professores monitores, incluindo construção de projetos de vida, aumento de autoestima, sentimento de pertença e o retorno de estudantes como universitários vinculados ao próprio UPT. Assim, a experiência pessoal funciona como dado de campo narrativo, contribuindo para compreensão situada dos processos de democratização analisados, sem pretensão de generalização estatística.

Tal recurso metodológico, inspirado em abordagens narrativas e autobiográficas no campo educacional (Souza, 2006; Delory-Momberger, 2012; Passeggi, 2011), enriquece a análise ao possibilitar compreender, de forma mais situada e experienciada, os impactos, potencialidades e desafios do programa na democratização do ensino superior de jovens das classes populares.

O estudo fundamenta-se em autores e autoras que discutem políticas públicas e desigualdade educacional (Carvalhaes, 2022; Rosa, 2013; Cardoso, 2023; Teixeira, 2023) e do aporte das ações afirmativas como mecanismos de justiça social e reparação histórica (Zago, 2008; Bomfim; Suzart, 2021; Teixeira, 2023). Por fim, a triangulação entre dados documentais e registros narrativos não buscou generalização estatística, mas aprofundamento interpretativo sobre como macro-políticas se materializam na experiência de jovens de periferias.

3. Políticas públicas para democratização da educação superior no Brasil: breve histórico

Este tópico apresenta um panorama histórico sobre as políticas públicas educacionais em nível federal, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o

Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), e nível estadual baiano, como o Programa Universidade para Todos (UPT), criados com o objetivo de reequilibrar a balança da equidade educacional. A análise dessas políticas é essencial para entender os avanços e desafios que envolvem a democratização do ensino superior, especialmente para os jovens das periferias.

As transformações no cenário dessas políticas começaram a se intensificar no início dos anos 2000, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, cujo governo marcou um ponto de virada em termos de políticas educacionais inclusivas, voltadas ao aumento do acesso ao ensino superior para estudantes de famílias de baixa renda e grupos étnicos historicamente desprivilegiados. Em especial, as Políticas de ação afirmativas que desempenharam um papel fundamental na ampliação do acesso, no setor público e no privado (Rosa, 2013; Carvalhaes; Senkevics; Ribeiro, 2022, Cardoso, 2023).

Nesse contexto, o ENEM, criado em 1998, inicialmente com o propósito de avaliar a educação básica, foi reformulado em 2009 para se tornar o principal meio de ingresso em instituições públicas de ensino superior (Brasil, 2020). Essa reforma foi uma estratégia importante, pois permitiu que jovens de diferentes regiões do país concorrem a vagas em universidades públicas sem a necessidade de múltiplos vestibulares (Inep, 2022).

A centralização do ENEM como processo seletivo para várias universidades públicas e privadas ajudou a equalizar, em alguma medida, o acesso ao ensino superior (Catani; Hey, 2006), mas não foi suficiente para resolver as profundas desigualdades no sistema educacional. Embora o exame tenha ampliado o número de estudantes das camadas populares nas universidades, muitos desses jovens ainda enfrentam barreiras significativas, como a disparidade de oportunidades em relação aos alunos de escolas privadas. Dessa forma, o ENEM é uma ferramenta relevante, mas não resolve, por si só, a questão da equidade no acesso à educação superior (Bastiani e Arbage, 2018; Carvalhaes; Senkevics; Ribeiro, 2022).

O PROUNI, criado pelo governo federal em 2004 e regulamentado pela Lei nº 11.096 de 2005, representa outro avanço importante na democratização do ensino superior. O programa oferece bolsas integrais e parciais em instituições privadas para estudantes de baixa renda, com base no desempenho no ENEM e em critérios socioeconômicos. Conforme Rosa (2013), o PROUNI ampliou significativamente o

acesso de jovens de famílias de baixa renda ao ensino superior, auxiliando para a percepção desses estudantes sobre suas chances de acessar a universidade.

No entanto, Silva (2021) aponta que, embora o PROUNI tenha tido um impacto positivo na inclusão social, ele não está isento de críticas, especialmente no que diz respeito à qualidade das instituições que oferecem as bolsas e ao acompanhamento da trajetória acadêmica dos estudantes beneficiados. Além disso, o programa depende da capacidade das universidades privadas de absorver esses alunos, o que cria uma nova forma de desigualdade no acesso à educação superior de qualidade.

O FIES foi instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e reformulado em 2010 (Portaria Normativa nº 10, de 30 de abril de 2010) para facilitar o financiamento das mensalidades de cursos de graduação. Em 2018, passou a contar com modalidades de financiamento sem juros para estudantes com renda familiar de até três salários mínimos per capita, conforme reformulações normativas posteriores (MP nº 1.090/2021), que instituíram o chamado “Novo FIES”. Segundo Volpato (2011), o FIES foi uma política chave para ampliar o acesso à educação superior privada, especialmente entre jovens de baixa renda. Pimentel (2016) discute que o FIES gerou uma percepção mais positiva entre os jovens de camadas populares sobre suas chances de ingressar no ensino superior, mas também trouxe o risco do endividamento, criando uma tensão entre a esperança de mobilidade social e a insegurança financeira.

Entretanto, Silva (2021) aponta que, apesar dos avanços promovidos por políticas públicas de acesso à educação superior, o desafio da permanência universitária ainda persiste. Muitos jovens que conseguem ingressar na universidade por meio de programas como o ENEM, PROUNI e FIES enfrentam dificuldades financeiras e acadêmicas que dificultam a conclusão de seus cursos. Isso aponta para a necessidade de políticas complementares que não apenas ampliam o acesso, mas também têm o sucesso acadêmico e a permanência desses estudantes até a conclusão de seus estudos.

4. O Programa Universidade para todos e suas contribuições para a democratização do ensino superior no contexto baiano

No nível estadual, o UPT é uma das principais políticas públicas educacionais do estado da Bahia, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior para estudantes

de escolas públicas, particularmente aqueles provenientes de áreas socialmente vulneráveis. Promovida em parceria com a Secretaria de Educação e executado pelas universidades estaduais baianas: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Seu público-alvo são os alunos concluintes e egressos da rede pública de ensino do estado da Bahia que almejam concorrer a processos seletivos de ingresso universitário (Bomfim; Suzart, 2021).

Essa iniciativa governamental foi formalizada em 2004, por meio do Decreto nº 9.149, e consolidada em 2020 pelo Decreto nº 20.004, que ampliou as ações do programa para além da preparação para o ENEM, passando a incluir também políticas de permanência universitária e inclusão social. Dessa forma, podemos afirmar que o programa beneficia não apenas seu público-alvo principal, formado por estudantes e egressos da rede pública de educação básica, mas também os estudantes de graduação e pós-graduação que participam do Programa como bolsistas (Bahia, 2004;2024).

A expansão do ENEM, em 2009, como exame principal para a entrada no ensino superior, fez com que o UPT se destacasse na preparação de estudantes para esse novo contexto, no qual o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) passaram a ser os principais mecanismos de ingresso nas universidades no Brasil (Bahia, 2020; Teixeira, 2023). Sua continuidade ao longo de diferentes administrações estaduais confirma o reconhecimento de sua relevância. Desde o governo de Paulo Souto (2003-2007), passando pelos dois mandatos de Jaques Wagner (2007-2015) e pelo governo de Rui Costa (2015-2022), o programa foi mantido como prioridade, independentemente das mudanças ideológicas e políticas. Esse fato reforça a sua importância como um mecanismo de inclusão educacional e social no estado da Bahia (Vieira, 2007; Teixeira, 2023).

Nesse sentido, o UPT não apenas oferece uma preparação sólida para o ENEM e outros exames de acesso, como também atua na formação cidadã e na construção de identidade social e étnico-racial dos jovens que participam do programa. O impacto do UPT vai além da sala de aula, promovendo o resgate da autoestima de jovens negros e pobres e proporcionando-lhes uma oportunidade concreta de ascensão social e transformação pessoal (Souza, 2019). A pesquisa de Bomfim e Suzart (2021) confirma

esse dado, os autores afirmam que além de oferecer uma preparação eficaz para o ingresso no ensino superior, o programa se destaca por seu impacto na construção de projetos de vida para jovens de periferias que por meio da participação do projeto se capacitaram academicamente e desenvolveram vínculos interpessoais que contribuíram para aumento da autoestima, sentimento de pertença e autoeficácia.

Segundo Teixeira (2023), o UPT também pode ser considerado como uma política de ação afirmativa, pois reflete a tentativa do governo baiano de reduzir as desigualdades raciais e sociais. Segundo dados do IBGE e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a população negra e parda representa 76,3% da população baiana, sendo que uma parcela significativa dessa população se encontra nas áreas periféricas das grandes cidades (IBGE, 2019), como Salvador e Feira de Santana.

Em suma, o UPT se configura como uma política pública que atua simultaneamente na ampliação do acesso, no fortalecimento da permanência e na construção de pertencimento e identidade social entre jovens das classes populares baianas. Ao articular preparação acadêmica, suporte pedagógico e vínculos comunitários, o Programa contribui para tensionar desigualdades históricas e ampliar a democratização da educação superior no estado.

Por fim, observa-se que, ao longo das duas últimas décadas, políticas como ENEM, PROUNI, FIES e UPT ampliaram significativamente o acesso de jovens das camadas populares ao ensino superior. Contudo, tais políticas também se mostraram insuficientes para superar as desigualdades estruturais que marcam as trajetórias desses estudantes. É nesse ponto que se torna necessário analisar como a pandemia e o contexto pós-pandêmico tensionaram ainda mais esse cenário e reconfiguraram as políticas de acesso.

5. Acesso, permanência e reconfigurações nas políticas federais e no UPT no cenário de pós-pandemia

A pandemia da COVID-19 não apenas intensificou os desafios já enfrentados por jovens de periferias no acesso à educação superior, mas também deixou consequências que ainda repercutiram no contexto pós-pandêmico. Embora o fim das medidas de distanciamento social e a redução do risco de contágio tenham possibilitado a retomada das atividades educacionais, os impactos estruturais e socioeconômicos da

pandemia ainda dificultam o ingresso e à permanência desses jovens nas universidades.

Como apontado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), as desigualdades educacionais, agravadas durante a pandemia, ainda persistem, especialmente entre estudantes de baixa renda. Esses jovens enfrentam barreiras no acesso a recursos tecnológicos, apoio financeiro e ambientes de estudo adequados, fatores essenciais para uma transição bem-sucedida ao ensino superior.

A análise dos dados documentais e estatísticos desta pesquisa, a partir de relatórios oficiais do INEP (2020–2024), normativas federais do MEC referentes ao PROUNI e FIES (BRASIL, 2001; Lei nº 11.096/2005; MP nº 1.090/2021) e legislações estaduais relacionadas ao UPT e ao Mais Futuro (Bahia, 2004; Bahia, 2020; Bahia, 2024), permitiu identificar três achados centrais: (1) as políticas federais ampliam o acesso, mas com limites importantes; (2) o UPT fortalece o ingresso e contribui para a permanência; (3) a pandemia impulsionou adaptações institucionais e reconfigurou políticas. A seguir apresenta-se um mosaico de gráficos que ilustra a evolução do número de inscrições no ENEM entre o período de 2020 a 2024 no cenário nacional e especificamente no contexto baiano.

O primeiro achado evidencia que a pandemia tensionou diretamente as políticas federais de acesso. A queda significativa nas inscrições do ENEM em 2021 (3,3 milhões no país; 267.698 na Bahia) é um marcador de desigualdade educacional que rompe a narrativa de “ampliação contínua” do acesso. Não se trata apenas de flutuação numérica: trata-se de materialização das fronteiras sociais no direito ao futuro, pois a exclusão digital e a precariedade das condições domésticas de estudo atingiram prioritariamente jovens periféricos. A recuperação gradual do número de inscritos entre 2022 e 2024, concomitante à retomada de incentivos como renegociação do FIES e expansão inédita do PROUNI, confirma que o acesso depende de estímulos materiais e simbólicos e não se regula “naturalmente” pela demanda social.

O segundo achado destaca que, no plano estadual, a consolidação do UPT como política pública (Decreto nº 20.004/2020) ampliou seu papel para além da preparação para o vestibular, atuando também sobre dimensões de permanência e pertencimento. Essa ampliação, que inclui monitorias, extensão universitária e dispositivos virtuais como o UPT Estude em Casa, funcionou como estratégia de contenção de desigualdades em contexto de crise e reforçou que o acesso não é um ato isolado, mas um processo

formativo. Nesse sentido, o UPT se alinha às interpretações que concebem políticas inclusivas como instrumentos de justiça social e redistribuição (Suzart et al., 2020; Teixeira, 2023).

O terceiro achado indica que o ciclo pós-pandêmico produziu um conjunto de respostas institucionais e normativas: criação do Pé-de-Meia (Lei nº 14.818/2024; Decreto nº 11.901/2024) e reajustes no Mais Futuro (BAHIA, 2024), reafirmando que a permanência exige suporte financeiro contínuo. Nesse cenário, não é apenas o acesso superior que está em disputa, mas a possibilidade concreta de permanecer e concluir. Como apontam Nóvoa e Alvim (2021), a pandemia expôs os limites estruturais do modelo anterior, acelerando a necessidade de revisões conceituais e operacionais da política educacional.

Em síntese, os dados analisados mostram que a democratização do ensino superior continua sendo um terreno de disputa entre projetos educativos, o que confirma a própria ancoragem teórica deste estudo. A pandemia rompeu curvas de expansão, exigiu rearranjos institucionais e tornou ainda mais evidente que políticas de acesso isoladas não dão conta do problema: o direito à educação superior depende da engrenagem acesso e permanência. E, para jovens periféricos, esta equação não é retórica é condição material de futuro. No ciclo pós-pandêmico, a efetividade das medidas depende de arranjos federativos estáveis e de coordenação em rede. Programas como Pé-de-Meia e Mais Futuro, quando articulados a assistência estudantil, bolsas de pesquisa/extensão e tutoria acadêmica, tendem a reduzir evasão e sustentar a permanência, sobretudo entre estudantes de periferias.

6. Considerações Finais

As políticas públicas de acesso à educação superior no Brasil expressam avanços, disputas e perspectivas: de um lado, iniciativas que ampliam vagas sem enfrentar as desigualdades estruturais; de outro, ações afirmativas e programas como o UPT e o Mais Futuro, que fortalecem a democratização e a permanência no estado da Bahia. A experiência baiana evidencia que políticas estaduais podem complementar as federais, ampliando oportunidades e construindo caminhos de inclusão.



À luz desse panorama, a democratização requer uma estrutura integrada de políticas que combine acesso, permanência e sucesso acadêmico: financiamento estável, assistência estudantil (moradia, alimentação, transporte), apoio psicossocial e inclusão digital. Reafirma-se, portanto, a necessidade de fortalecer políticas de acesso e permanência articuladas às demandas sociais, reconhecendo a educação como um direito humano fundamental, central de promoção da justiça e equidade social na América Latina.

Referências

BAHIA. Decreto nº 9.149, de 23 de julho de 2004. Aprova o novo Regulamento do Programa Faz Universitário vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 23 jul. 2004.

BAHIA. Decreto nº 20.004, de 21 de setembro de 2020. Institui o Programa Universidade Para Todos – UPT. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 22 set. 2020.

BAHIA. Decreto nº 22.982, de 12 de agosto de 2024. Dispõe sobre o reajuste dos valores relativos ao Auxílio Permanência, no âmbito do Programa Mais Futuro. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 13 ago. 2024.

BASTIANI, F.; ARBAGE, A. P. A expansão e a democratização do ensino superior: avanços e desafios do acesso ao ensino superior no Brasil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 123-145, 2018.

BOMFIM, N. R.; SUZART, N. S. Entrelaces entre o projeto de vida e o acesso universitário de jovens de periferias. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, v. 6, p. 774, 2021.

BRASIL. Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024. Regulamenta a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui incentivo financeiro-educacional (Programa Pé-de-Meia). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jan. 2005.



BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui incentivo financeiro-educacional aos estudantes matriculados no ensino médio público. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas*. Brasília: Inep, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior 2022: notas estatísticas*. Brasília: Inep, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Sinopse Estatística do Exame Nacional do Ensino Médio 2020*. Brasília: Inep, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Sinopse Estatística do Exame Nacional do Ensino Médio 2021*. Brasília: Inep, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Sinopse Estatística do Exame Nacional do Ensino Médio 2022*. Brasília: Inep, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Sinopse Estatística do Exame Nacional do Ensino Médio 2023*. Brasília: Inep, 2024.

CARVALHAES, F.; SENKEVICS, A.; RIBEIRO, C. A. A interseção entre renda, raça e desempenho acadêmico no acesso ao ensino superior brasileiro. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 43, p. 1-32, 2022.

DELORY-MOMBERGER, C. *A condição biográfica: ensaios sobre a narrativa de si na modernidade avançada*. Natal: EDUFRN, 2012.

GENTILI, P.; DIAS SOBRINHO, J. Educação e justiça social na América Latina: notas para um debate necessário. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 131, p. 351-364, 2015.

GOVERNO DA BAHIA. *Universidade para Todos – Relatório Anual 2023*. Salvador: SEC/BA, 2023.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

NÓVOA, A.; ALVIM, Y. C. *COVID-19 e o fim da educação: 1870–1920–1970–2020*. Lisboa: Educa, 2021.



PASSEGGI, M. C. Narrativas autobiográficas: memória, história e formação. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 333-352, 2011.

ROSA, C. M. Políticas públicas para a educação superior no governo Lula. *Poiesis Pedagógica*, Catalão, v. 11, n. 1, p. 168-188, 2013.

SILVA, B. L. B. O exercício da gestão universitária: as representações sociais de professores sobre suas práticas. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

SOUZA, E. C. de. *O conhecimento de si: estágio, narrativas e identidades docentes*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SUZART, N. S.; OLIVEIRA, A. L. E.; SOUSA, M. G. S.; FREITAS, V. S.; ALVES, C. Q. Regulação emocional e trabalho do professor: um relato de experiência no Projeto Universidade para Todos. *Série Educar*, v. 18, p. 141-147, 2020.

SUZART, Nayana Sepúlveda. **Representações sociais de cursistas do Programa Universidade Para Todos sobre o acesso à educação superior: enlaces com projetos de vida e profissional de jovens de periferias**. 2024. 151 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2024.

TEIXEIRA, M. O. O Programa Universidade para Todos e a Democratização do Acesso à Educação Superior na Bahia. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

ZAGO, N. Cursos pré-vestibulares populares. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1049–1072, 2008.